



ATA DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos vinte e seis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, realizou-se a 78ª
2 **Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU**, convocada nos
3 termos da legislação vigente, sob a presidência do Senhor José Armenio De Brito Cruz,
4 Presidente Suplente, com apoio da Secretaria Executiva exercida por Maria Gabriela
5 Camollez Florio, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, sendo uma
6 reunião realizada de forma presencial, com transmissão ao vivo pela plataforma YouTube,
7 conforme a Portaria nº 17 complementada pela Portaria nº 19/2020/SMDU.G; **Pauta da**
8 **reunião: 1.** Posse dos Conselheiros da Sociedade Civil; **2.** Posse dos Representantes do
9 Poder Público; **3.** Comunicações Gerais; **4.** Apresentação Institucional do CMPU; **5.**
10 Informes sobre Projetos em Andamento. **1)** A Secretária Executiva, Senhora Maria
11 Gabriela Camollez Florio, declarou a existência de quórum suficiente para o início dos
12 trabalhos e registrado que a reunião foi gravada e transmitida ao vivo pelo YouTube,
13 passando a palavra ao Presidente Suplente do CMPU, Senhor José Armênio De Brito
14 Cruz, que declarou aberta a 78ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política
15 Urbana, apresentando desculpas pelo breve atraso em razão de compromisso
16 institucional anterior, autorizando, em seguida, o cumprimento da pauta. A Secretária
17 Executiva informou que o primeiro item da pauta se referia à Posse dos Conselheiros da
18 Sociedade Civil, esclarecendo que o processo de vagas eleitorais estava sob
19 responsabilidade da Comissão Eleitoral, não havendo necessidade de votação em razão
20 da equivalência entre o número de candidaturas homologadas e o número de disponíveis,
21 sendo os representantes designados por meio da Portaria SGM nº 172, de 2023,
22 publicada no Diário Oficial em vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e três.
23 Procedeu, então, à leitura nominal dos representantes da sociedade civil por segmento,
24 registrando, no segmento Movimento de Moradia, a entidade União dos Movimentos de
25 Moradia da Grande São Paulo Interior, com os titulares Benedito Roberto Barbosa,
26 Severina Ramos do Amaral da Silva, Simone Sales de Oliveira Chaves e Viviane Silva dos
27 Reis, e respectivos suplentes Marilene Ribeiro de Souza, José de Jesus Ferreira da Silva,
28 Carla Aparecida Sequini e Jefferson Carlos da Silva; no segmento Associações de Bairro,
29 as entidades Sociedade dos Amigos do Planalto Paulista, Associação de Amigos e
30 Moradores pela Preservação do Alto da Lapa e Bela Aliança, União de Amigos e
31 Moradores da Zona Sul e União dos Moradores do Parque da Mooca, Avenida Presidente
32 Wilson e Adjacências, com seus respectivos titulares e suplentes; no segmento Setor
33 Empresarial, como entidades Associação Regional dos Escritórios de Arquitetura de São
34 Paulo, Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva,
35 Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis
36 Residenciais e Comerciais de São Paulo, Associação Brasileira de Incorporadoras
37 Imobiliárias, Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado
38 de São Paulo e Associação Comercial de São Paulo, com os respectivos representantes
39 titulares e suplentes; no segmento Representantes dos Trabalhadores, o Sindicato dos



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

40 Engenheiros no Estado de São Paulo; no segmento Organizações Não Governamentais,
41 o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais e o Instituto
42 Diversidades; no segmento Entidades Profissionais, o Instituto de Arquitetos do Brasil –
43 Departamento São Paulo e o Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico; no segmento
44 Entidades Acadêmicas e de Pesquisa, a Universidade Presbiteriana Mackenzie, a
45 Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e a Universidade
46 Nove de Julho; no segmento Movimentos Ambientistas, o Conselho Brasileiro de
47 Construção Sustentável e a Cooperativa de Trabalho e Coleta do Parque Cocaia; no
48 segmento Movimentos de Mobilidade Urbana, registrando-se a ausência de inscrições
49 homologadas para o biênio; no segmento Movimentos Culturais, o Centro Popular de
50 Cultura 8 de Março; e no segmento Entidades Religiosas, a Mitra Arquidiocesana de São
51 Paulo e a Igreja Cristã em Busca da Salvação em Cristo. Encerrada a leitura, o Presidente
52 Suplente declarou empossados todos os representantes da sociedade civil presentes,
53 proferindo considerações sobre a importância do CMPU como espaço democrático de
54 diálogo entre poder público e sociedade civil, destacando o papel do Conselho no
55 aprimoramento da política urbana da cidade de São Paulo, destacando o compromisso da
56 gestão com a transparência, participação social e aprimoramento institucional,
57 cumprimentando os conselheiros reeleitos e os novos membros, desejando boas-vindas
58 e sucesso nos trabalhos. A Secretária Executiva reforçou sua apresentação institucional,
59 colocando a Secretaria Executiva e o canal oficial do CMPU à disposição dos conselheiros
60 para esclarecimentos e apoio às atividades do colegiado. Na sequência, a Secretária
61 Executiva deu continuidade à pauta com a Posse dos Representantes do Poder Público,
62 procedendo à leitura dos representantes nomeados por meio das Portarias SGM nº 154,
63 nº 169 e nº 174, todas de dois mil e vinte e três, registrando os representantes da
64 Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Cultura,
65 Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, São Paulo Urbanismo e Secretaria
66 Municipal da Fazenda, com seus respectivos titulares e suplentes. O Presidente Suplente
67 declarou empossados os representantes do poder público presentes, cumprimentando-
68 os e destacando a relevância da atuação conjunta entre as diversas secretarias e a CMPU
69 no desenvolvimento urbano da cidade, colocando a Presidência e a Secretaria Executiva
70 à disposição para apoio institucional. Em continuidade aos trabalhos, a Secretária
71 Executiva concedeu a palavra ao conselheiro Francisco João Moreirão De Magalhães,
72 representante do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Norte 2, que saudou
73 os novos conselheiros e apresentou questão de ordem, solicitando que constasse
74 expressamente em um questionamento acerca dos critérios técnicos e legais que permite
75 a permanência reiterada de determinados conselheiros no CMPU, enquanto outros
76 estariam limitados a dois mandatos, inclusive em alternância entre titularidade e
77 suplência, ressaltando a ausência de critérios claros no Regimento Interno vigente, a
78 necessidade de transparência e de manifestação formal da assessoria jurídica, exigindo
79 resposta por escrito e com ampla divulgação aos conselheiros, bem como reforçando a
80 urgência da revisão do Regimento Interno. A Secretária Executiva informou que a



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

81 manifestação seria registrada em ata e que a questão seria comprovada, com resposta
82 formal por escrito, esclarecendo que a Secretaria já vinha trabalhando na atualização do
83 decreto do CMPU e na retomada da revisão do Regimento Interno. O Presidente Suplente
84 manifestou-se no mesmo sentido, comprometendo-se pessoalmente com a elaboração
85 da resposta solicitada, reafirmando o compromisso da Presidência na revisão normativa
86 e na garantia da transparência dos critérios aplicáveis ao Conselho. Em continuidade às
87 comunicações gerais, foi concedido a palavra à conselheira Elodia Fátima Filippini,
88 representante do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Leste 1, a qual
89 saudou os presentes e complementou a manifestação anteriormente realizada pelo
90 conselheiro Francisco João Moreirão De Magalhães, relatando que a ex-conselheira
91 Viviane Rubio teria sido impedida de acessar a sala virtual da reunião, questionando os
92 critérios desejados para restringir a participação de cidadãos que não integraram
93 formalmente a CMPU, destacando que a sociedade civil em geral acompanha as reuniões
94 apenas por meio da transmissão via YouTube, o que, em sua avaliação, comprometeria a
95 transparência e a participação popular, especialmente diante da relevância dos temas
96 tratados, como o Plano Diretor Estratégico e a legislação de uso e ocupação do solo,
97 solicitando esclarecimentos formais sobre os critérios de acesso e reiterando a urgência
98 da revisão do Regimento Interno, considerada defasada há vinte anos. A Secretária
99 Executiva esclareceu que a reunião realizada por meio da plataforma Teams é destinada
100 exclusivamente aos conselheiros empossados, titulares e suplentes, sendo assegurada a
101 publicidade dos trabalhos por meio da transmissão ao vivo pelo YouTube, onde qualquer
102 cidadão pode acompanhar a discussão, informando ainda que a questão levantada
103 poderia ser objeto de debate no âmbito da revisão do Regimento Interno. A conselheira
104 Elodia Fátima Filippini voltou a se manifestar, destacando a dificuldade de representação
105 de grandes contingentes populacionais pelos conselheiros dos Conselhos Participativos
106 Municipais, enfatizando a necessidade de ampliação dos mecanismos de divulgação e
107 participação social, defendendo que o Poder Público deveria adotar estratégias mais
108 eficazes de comunicação para informar a população sobre as reuniões do CMPU e os
109 impactos das decisões urbanísticas na cidade. Na sequência, foi concedida a palavra à
110 conselheira Renata Esteves De Almeida Andretto, representante da Associação de
111 Amigos e Moradores pela Preservação do Alto da Lapa e Bela Aliança, que cumpriu os
112 presentes e descreveu sua experiência anterior no CMPU, destacando que a revisão do
113 Regimento Interno teve início em dois mil e vinte e um, com a constituição de grupo de
114 trabalho específico, sem que o processo tenha sido concluído até o momento, lembrando
115 que a ausência de revisão do Regimento Interno gera prejuízos à participação da
116 sociedade civil, especialmente aos segmentos não empresariais, solicitando que a
117 Presidência estabelecesse cronograma objetivo e prazo para conclusão da revisão,
118 consignando ainda questionamento sobre o impedimento de acesso da ex-conselheira
119 Viviane Rubio à reunião, afirmando que, até o momento da posse dos novos conselheiros,
120 a referida conselheira ainda integrava o colegiado, defendendo o fortalecimento da
121 participação social efetiva e a necessidade de que as manifestações da sociedade civil



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

122 produzam impacto real nas decisões da Administração Pública, reiterando a expectativa
123 de que, a partir da nova composição do Conselho, haja fiscalização efetiva e atenção das
124 contribuições apresentadas. O Presidente Suplente, Senhor José Armênio De Brito Cruz,
125 manifestou-se registrando a recorrência das preocupações relacionadas à revisão do
126 Regimento Interno, reafirmando o compromisso da gestão municipal com a transparência,
127 a escuta ativa e a integração entre o poder público e a sociedade civil, destacando que
128 não deveria haver antagonismo entre os segmentos, uma vez que os representantes do
129 poder público exercem mandato legitimado pelo processo democrático, ressaltando a
130 importância do diálogo e do aprimoramento contínuo das políticas públicas urbanas,
131 reiterando seu entendimento de que o CMPU contribuiu de forma eficaz para a
132 formulação da política urbana da cidade. Em absoluto, foi concedida a palavra ao
133 conselheiro José André De Araújo, representante da União dos Moradores do Parque da
134 Mooca, Avenida Presidente Wilson e Adjacências, que saudou os presentes, parabenizou
135 os novos conselheiros empossados, manifestou apoio às questões relacionadas à revisão
136 do Regimento Interno e propôs a criação de comissões ou grupos de trabalho para
137 acompanhamento mais próximo da implementação e revisão do Plano Diretor Estratégico
138 e de sua classificação, bem como do projeto de lei de parcelamento do solo, destacando
139 que grande parte da regulamentação do CMPU se dá por meio de decretos, passíveis de
140 alteração a qualquer tempo pelo Poder Executivo, defendendo maior proximidade do
141 Conselho com a população e reafirmando sua disposição em contribuir para os trabalhos
142 do colegiado. Na sequência, foi concedida a palavra ao conselheiro Rodrigo Faria
143 Gonçalves Iacovini, representante do Instituto Pólis, que complementou os presentes,
144 registrou sua satisfação em assumir a representação da entidade no CMPU e manifestou
145 concordância com as críticas relativas ao atual modelo de participação, destacando
146 limitações tanto verticais quanto no funcionamento do Conselho, apontando que o
147 formato predominantemente virtual restringe a interação entre conselheiros e a
148 efetividade da participação social, ressaltando que contribuições pela sociedade civil não
149 foram atraentes em processos de revisão do Plano Diretor Estratégico e da legislação
150 urbanística, mencionando como indicador relevante a vacância de cadeiras dos
151 segmentos de mobilidade urbana, defendendo a necessidade de revisão estrutural do
152 modelo de funcionamento do CMPU para fortalecimento de seu papel institucional. Em
153 continuidade, foi concedida a palavra à conselheira Beatriz Messeder Sanches Jalbut,
154 representante da Associação Comercial de São Paulo, que iniciou sua manifestação
155 registrando ter integrado o grupo de trabalho constituído para a revisão do Regimento
156 Interno, destacando que o referido grupo realizou diversas reuniões, analisou ponto a
157 ponto o texto normativo, acordos consensos e divergências e produziu material técnico
158 consolidado, ressaltando a importância do reconhecimento do trabalho já realizado e do
159 aproveitamento das contribuições acumuladas no processo de revisão normativa. Dando
160 prosseguimento às comunicações gerais, a conselheira Beatriz Messeder Sanches Jalbut
161 concluiu sua manifestação destacando que o grupo de trabalho constituído para a revisão
162 do Regimento Interno realizou trabalho extenso e aprofundado, com diversas reuniões e



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

163 análises apresentadas, ressaltando que muitas das questões ora debatidas já foram objeto
164 de estudo naquele âmbito, entendendo que o que resta para a conclusão do processo é a
165 consolidação do material e a devolutiva por parte da Secretaria, dando boas-vindas aos
166 novos conselheiros. Em seguida, a Secretária Executiva informou o encerramento das
167 inscrições para manifestação e passou ao terceiro item da pauta, consistente na
168 apresentação institucional do Conselho Municipal de Política Urbana, esclarecendo que,
169 durante o processo eleitoral, a Comissão Eleitoral organizou a necessidade de realização
170 de curso de formação para os conselheiros do CMPU, tanto para os novos quanto para
171 os já empossados, previsão esta constante do edital do processo eleitoral, registrando a
172 presença de representantes da Assessoria de Participação da Secretaria Municipal de
173 Urbanismo e Licenciamento e de membros da Comissão Eleitoral, aos quais foi
174 franqueada a palavra para apresentação da proposta. A Senhora Patrícia Saran
175 manifestou-se apresentando a proposta do curso de formação, destacando que a visa
176 contribuir para o debate sobre o Regimento Interno, o fortalecimento do papel
177 institucional do CMPU e a compreensão das atribuições do Conselho e de seus membros,
178 esclarecendo que a estrutura do curso foi desenvolvida conjuntamente com a Comissão
179 Eleitoral, conforme previsto no edital, e que se trata de espaço de diálogo e integração
180 entre os conselheiros, e não de atividade expositiva. Na sequência, o Senhor Ricardo
181 Nagliati Toppan apresentou a estrutura da formação, informando que o objetivo principal
182 é orientar os conselheiros sobre as atribuições e competências do CMPU, promovendo a
183 integração entre os membros e apresentando o funcionamento da Secretaria e dos órgãos
184 colegiados, esclarecendo que a carga horária será de seis horas, distribuídas em módulos,
185 com realização presencial no Edifício Martinelli, mediante inscrição prévia, sendo a
186 adesão, detalhando ainda o cronograma, os conteúdos programáticos, as dinâmicas e os
187 dados de realização, agendada para vinte e três de novembro, das treze às dezenove
188 horas. A Senhora Patrícia Saran complementou ressaltando a importância da participação
189 de todos os conselheiros, inclusive aqueles com experiência anterior no CMPU,
190 enfatizando o caráter integrador da formação e a possibilidade de ampliação futura em
191 novos ciclos formativos. Em seguida, foi concedida a palavra ao Senhor Og DORIA,
192 representante da Comissão Eleitoral, que destacou a relevância do CMPU como espaço
193 central de democratização da política urbana, ressaltou a importância do encontro
194 presencial entre conselheiros experientes e novos membros, incentivou a participação de
195 todos no curso de formação e informou que seriam abertas vagas para representantes
196 dos Conselhos Participativos Municipais, mesmo sem direito a voto, como forma de
197 ampliar a troca de experiências e fortalecer a articulação entre os colegiados, destacando
198 ainda a importância de que os conselheiros dialoguem com seus representados nas
199 macrozonas para qualificar sua atuação no CMPU. A Secretária Executiva informou que
200 o link para inscrição no curso seria enviado por correio eletrônico aos conselheiros e que
201 a apresentação seria disponibilizada no site eletrônico do CMPU, garantindo a publicidade
202 do material. Na sequência, foram reabertas as manifestações, sendo concedidas a palavra
203 à Senhora Stela De Camargo Dalt, convidada, que sugeriu que futuros ciclos formativos



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

204 adotem formato mais horizontal e dialógico, destacando a experiência acumulada de
205 conselheiros da sociedade civil e defendendo maior troca de saberes entre a sociedade
206 civil e o poder público, ponderando que nem os conselheiros se beneficiariam de formato
207 predominantemente expositivo. Em resposta, a Senhora Patrícia Saran agradeceu as
208 contribuições e esclareceu que a proposta da formação contempla momentos de
209 dinâmica e diálogo, sendo o conteúdo expositivo utilizado como instrumento para
210 fomentar a troca de experiências, reafirmando a intenção de promover ambiente
211 participativo e presencial, em consonância com as manifestações pelos conselheiros.
212 Dando seguimento às manifestações relacionadas ao curso de formação dos conselheiros
213 do CMPU, a Senhora Patrícia Saran esclareceu que a proposta não se encontra engessada,
214 podendo fomentar novos formatos de formação e encaminhamentos futuros a partir da
215 articulação entre os conselheiros, ressaltando a importância do preenchimento do
216 formulário de inscrição e justificativa de ausência, de modo a garantir a abrangência da
217 informação e subsidiar a construção de novas agendas formativas. Em seguida, foi
218 concedida a palavra ao conselheiro José André De Araújo, que parabenizou a iniciativa
219 do curso, destacando a relevância da formação contínua dos representantes da sociedade
220 civil, inclusive para os conselhos e colegiados derivados do CMPU, ressaltando a
221 necessidade de linguagem acessível, controle social envolvente, participação da
222 população em geral e fiscalização tanto do poder público quanto dos próprios
223 conselheiros, defendendo ainda que a capacitação seja contínua, híbrida, com
224 possibilidade de gravação, materiais de apoio e abordagem de temas urbanísticos
225 específicos, considerando questões de segurança, deslocamento e acesso, especialmente
226 para representação das periferias. A Senhora Patrícia Saran respondeu agradecendo as
227 contribuições, informando que a proposta do curso representa o início de um processo
228 formativo mais amplo, podendo evoluir para outros formatos e temas específicos,
229 destacando a importância do primeiro encontro presencial como etapa inicial. Na
230 sequência, foi concedido a palavra ao Senhor Francisco João Moreirão De Magalhães,
231 que formulou questionamentos objetivos acerca da exigência de justificativa para
232 ausência no curso e da participação dos conselheiros do poder público, tendo sido
233 esclarecido pela Senhora Patrícia Saran que a justificativa visa compreender as
234 dificuldades enfrentadas pelos conselheiros e subsidiárias futuras agendas, e que o curso
235 é destinado a todos os conselheiros do CMPU, independentemente dos segmentos,
236 incluindo representantes do poder público. Na manifestação subsequente, o Senhor
237 Francisco João Moreirão De Magalhães apresentou críticas ao formato proposto,
238 relatando experiências anteriores em cursos de formação promovidos por instâncias
239 governamentais, afirmando que tais iniciativas, quando teóricas, não dialogam com a
240 realidade prática dos conselhos participativos, ponderando sobre a sobrecarga de
241 atividades voluntárias dos conselheiros, a necessidade de facilitadores com ampla
242 experiência prática e manifestando sua discordância quanto ao formato e à carga horária
243 proposta, registrando justificativa prévia de ausência. Em resposta, a Senhora Patrícia
244 Saran esclareceu o processo de concepção do curso, destacando os desafios de



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

245 compatibilizar disponibilidade, questão temática e interação, ressaltando que as
246 contribuições serão previstas para calibração de futuras edições, reiterando o pedido de
247 registro formal da justificativa por meio do formulário. Na sequência, foi concedida a
248 palavra ao Senhor Durval Tabach, que saudou os novos conselheiros e manifestou o
249 entendimento de que a iniciativa do curso partiu da Comissão Eleitoral da sociedade civil,
250 destacando a relevância da proposta como espaço de integração e troca de experiências
251 entre conselheiros mais experientes e novos membros, bem como a importância de
252 envolver os Conselhos Participativos Municipais, ressaltando seu papel previsto no Plano
253 Diretor Estratégico, que o formato privilegia rodas de conversa, debates e integração em
254 detrimento de aulas expositivas. A Senhora Patrícia Saran agradeceu as contribuições e
255 informou que as sugestões apresentadas são consideradas na organização do encontro.
256 Além disso, o Senhor Durval Tabach sugeriu que a formação seja realizada em formato
257 híbrido, com participação presencial e virtual simultânea, além de transmissão pelo
258 YouTube, como forma de ampliar a participação social. A Senhora Patrícia Saran
259 esclareceu que a opção pelo formato presencial inicial visa estimular o encontro e a
260 integração entre os conselheiros, sem prejuízo de futuros acréscimos, indiretos ou
261 desdobramentos em formatos híbridos ou virtuais, registrando a sugestão para avaliação
262 nas etapas posteriores. Dando continuidade às manifestações relacionadas à atividade de
263 formação dos conselheiros do CMPU, foi concedida a palavra à Senhora Renata Esteves
264 De Almeida Andretto, que apresentou proposta no sentido de revisão da denominação
265 “curso de formação”, argumentando que os conselheiros da sociedade civil chegam ao
266 CMPU por processo eleitoral, reconhecidos por sua capacidade e representatividade,
267 defendendo que a iniciativa seja como espaço de diálogo, troca de experiências e
268 construção coletiva, descobrindo denominações alternativas como “diálogos de
269 conselheiros”, bem como a participação do Secretário Municipal e do Secretário Adjunto,
270 a fim de conhecer as experiências e contribuições dos novos conselheiros, solicitando
271 ainda que a descrição das atividades explicita momentos de conversa e rodas de diálogo,
272 ressaltando que o CMPU é instância de controle social e não espaço de capacitação
273 técnica dos conselheiros. Em resposta, a Senhora Patrícia Saran esclareceu que a
274 realização do curso de formação decorre de previsão expressa no edital do processo
275 eleitoral vigente, definido pela Comissão Eleitoral, com caráter obrigatório para a
276 Administração, justificando que a diversidade de perfis dos conselheiros motivou a
277 proposta de uniformização conceitual mínima, informando que sugestões de ajustes
278 poderão ser consideradas como desdobramento posterior, sem prejuízo da realização do
279 curso. A Senhora Renata Esteves De Almeida Andretto solicita o registro formal de sua
280 proposta para eventual aditamento em publicação oficial, destacando que a participação
281 efetiva pressupõe a possibilidade de revisão de encaminhamentos, tendo a Senhora
282 Patrícia Saran informado que a sugestão seria registrada e avaliada oportunamente,
283 inclusive em diálogo com a Comissão Eleitoral. Na sequência, foi concedida a palavra ao
284 Senhor Nabil Georges Bonduki, que cumpriu os presentes e manifestou concordância
285 quanto à importância do encontro presencial entre conselheiros, ressaltando as limitações



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

286 das reuniões virtuais para a interação institucional, defendendo, contudo, que a
287 denominação “curso” não seja a mais adequada, proporcionando formato de encontro ou
288 diálogo, ponderando ainda sobre a inadequação do dia e horário, proporcionando uma
289 realização nos finais de semana, a fim de viabilizar a participação de conselheiros que
290 exercem atividades profissionais no período diurno, destacando que reuniões em dias
291 úteis e horário comercial limitam a participação da sociedade civil. O conselheiro também
292 trouxe reflexão de caráter conceitual sobre o papel do CMPU, relatando que a baixa
293 repercussão das manifestações do Conselho nas políticas urbanas do Município tem
294 desestimulado a participação social, citando exemplos recentes relacionados à revisão da
295 Lei de Uso e Ocupação do Solo, defendendo que o encontro proposto enfrente de forma
296 substantiva o papel efetivo do CMPU, a articulação entre democracia representativa,
297 democracia participativa e atuação do Poder Executivo, alertando que a ausência desse
298 debate pode reduzir a iniciativa a caráter meramente teórico, indicando ainda a realização
299 de atividades informais de integração entre conselheiros e a ampliação da participação
300 dos Conselhos Participativos Municipais nas discussões urbanísticas. Em resposta, a
301 Senhora Patrícia Saran agradeceu as contribuições, afirmando que a proposta da
302 formação visa justamente provocar o diálogo crítico sobre o funcionamento atual do
303 Conselho, reconhecendo as dificuldades relacionadas a horário e disponibilidade,
304 reiterando a importância do envio das justificativas para subsidiar a construção de
305 agendas futuras, ressaltando os desafios de compatibilizar a participação de titulares e
306 suplentes no período de encerramento do ano, informando que as apresentações serão
307 consideradas no aprimoramento da iniciativa. Dando continuidade às discussões, a
308 Senhora Patrícia Saran destacou a complexidade de organização de atividade entre
309 titulares e suplentes, defendendo que o encontro inicial possa desencadear uma série de
310 atividades posteriores, com maior integração territorial entre os conselhos, ressaltando a
311 importância do fortalecimento institucional da participação social. Em seguida, foi
312 concedida a palavra ao Senhor Og Dória, que manifestou concordância com as falas
313 anteriores, defendendo a promoção de debates em nível territorial, especialmente sobre
314 planos regionais e planos de bairro, ressaltando a importância do CMPU como espaço de
315 articulação desses temas, tendo sua fala interrompida por instabilidade de conexão. A
316 Senhora Secretária Executiva informou a existência de novos pedidos de fala, solicitando
317 objetividade em razão do avanço do local e da necessidade de saneamento da pauta,
318 concedendo a palavra ao Senhor Anderson Kazuo Nakano, que cumpriu os presentes e
319 concluiu a importância da atividade de integração, destacando a necessidade de
320 estabelecimento de uma base comum de conhecimento sobre política urbana, destacando
321 que o CMPU integra a estrutura institucional da Secretaria Municipal de Urbanismo e
322 Licenciamento, possuindo papel ativo na construção e implementação da política urbana,
323 defendendo que a proposta de atividade seja articulada à elaboração de um plano de
324 trabalho e de ação do CMPU para o biênio, alinhada aos processos em curso no Município,
325 como a revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, enfatizando que a
326 atuação do Conselho deve ocorrer de forma colegiada e coordenada, inclusive no



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

327 acompanhamento do processo legislativo, ressaltando a importância de a SMUL
328 apresentar ao CMPU seu plano de trabalho, prioridades, recursos técnicos, institucionais
329 e financeiros, a fim de viabilizar a contribuição efetiva dos conselheiros. Na sequência, foi
330 concedida a palavra ao Senhor FÁBIO, representante do Conselho Participativo Municipal
331 da região central, que complementou os novos conselheiros e manifestou concordância
332 com as propostas, indicando a denominação “integração” para a atividade, defendendo a
333 escolha participativa de dados e horário, preferencialmente em período noturno ou aos
334 finais de semana, compartilhando experiência anterior de definição de horários por meio
335 de consulta aos Conselhos Participativos, defendendo a realização presencial com
336 transmissão, ressaltando que a região central possui ampla oferta de mobilidade, a
337 necessidade de inclusão no regimento interno de regras claras sobre definição de pautas,
338 com equilíbrio entre pautas do poder público e da sociedade civil, reforçando o princípio
339 constitucional da publicidade e da efetividade da divulgação das reuniões. Em seguida, foi
340 concedida a palavra ao Senhor Francisco João Moreirão De Magalhães, que afirmou o
341 compromisso da equipe técnica com a participação social, defendendo que as maiores
342 dificuldades relacionadas à democracia participativa residem no âmbito do poder público,
343 argumentando que a Comissão Eleitoral já encerrou seus trabalhos e que o Conselho possui
344 autonomia para deliberar e ajustar encaminhamentos, inclusive quanto à denominação e
345 formato da atividade proposta, citando com base nas alterações publicadas no Diário
346 Oficial, recomendando que o Conselho delibere de forma objetiva sobre as propostas
347 apresentadas como gesto de reconhecimento institucional, manifestando apoio à
348 realização de atividade de integração informal entre conselheiros. Em resposta, a Senhora
349 Patrícia Saran agradeceu as contribuições, destacou a importância do equilíbrio entre
350 respeito às deliberações da Comissão Eleitoral e às manifestações do plenário,
351 informando proposta de encaminhamento no sentido de reformular o formulário de
352 consulta aos conselheiros, retirando a definição fechada de dados, ampliando a consulta
353 para identificação de dias da semana e horários mais adequados, bem como a alteração
354 da denominação da atividade para “integração”, mantendo como base o conteúdo
355 previsto no edital eleitoral, submetendo a proposta ao Presidente para concordância, a
356 fim de viabilizar maior adesão e encaminhamento da pauta da reunião. O Senhor
357 Presidente Suplente José Armênio De Brito Cruz manifestou concordância com a
358 sugestão de alteração da denominação da atividade para “integração”, destacando a
359 pertinência da proposta apresentada, ressaltando a importância da consulta prévia aos
360 conselheiros por meio de formulário para definição de dados e localização mais
361 adequadas, considerando também a disponibilidade dos espaços disponíveis, mostrando
362 ainda a ampliação do debate sobre democracia participativa e democracia representativa
363 como tema relevante a ser aprofundado no âmbito dos conselhos, indicando a
364 necessidade de das instituições democráticas. Na sequência, o Conselheiro Nabil Georges
365 Bonduki complementou as falas anteriores, destacando a necessidade de
366 empoderamento do CMPU para interlocução institucional com o Poder Legislativo,
367 defendendo que o Conselho atual de forma colegiada e representativa nos processos



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

368 legislativos relacionados à política urbana, ressaltando a importância do equilíbrio entre
369 Executivo, Legislativo e instâncias participativas, especialmente nos processos de revisão
370 da Lei de Uso e Ocupação do Solo, enfatizando que decisões urbanísticas estruturais não
371 devem ser equipamentos exclusivamente no Legislativo, reiterando a relevância do papel
372 institucional do CMPU. 2) A Senhora Secretária Executiva Maria Gabriela Camollez Florio
373 informou o prosseguimento da pauta, esclarecendo que a apresentação institucional do
374 CMPU teria caráter introdutório, com a finalidade de contextualizar o início do processo
375 de prescrição do Conselho para outros órgãos colegiados. Foi informado que o CMPU
376 está previsto no Plano Diretor Estratégico, instituído pela Lei nº 16.050, de 2014, com
377 revisão detalhada, sendo regulamentado pelo Decreto nº 56.268, encontrando-se
378 vinculado à Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, tendo como
379 específica estudar, propor diretrizes, acompanhar e avaliar a formulação e a melhoria da
380 política municipal de desenvolvimento urbano. Foi registrado que o CMPU é composto
381 por 60 membros, sendo 34 representantes da sociedade civil e 26 representantes do
382 poder público. Na sequência, foi apresentado a necessidade de o CMPU realizar
383 instruções para outros colegiados, incluindo a Câmara Técnica de Legislação Urbanística
384 – CTLU e a Comissão de Proteção à Paisagem Urbana – CPPU, bem como a participação
385 do CMPU no Conselho Gestor do FUNDURB, no Conselho Gestor do Fundo Municipal
386 de Saneamento Ambiental e Infraestrutura – FMSAI, na Comissão do Patrimônio
387 Imobiliário – CMPT, no Comitê Intersecretarial de Monitoramento e Avaliação da
388 Implementação do PDE – CPDE e no Conselho Gestor da Área de Intervenção Urbana do
389 Setor Central. Foi apresentado a CTLU como órgão responsável pela análise de casos não
390 previstos e esclarecimento de dúvidas relativas à legislação de parcelamento, uso e
391 ocupação do solo, com reuniões bimestrais, composição paritária e 10 vagas destinadas à
392 sociedade civil, indicadas pelo CMPU, apresentados os critérios de experiência mínima de
393 cinco anos na área de planejamento e gestão urbana. Em seguida, foi apresentado ao
394 CPPU, responsável pela análise de temas relacionados à paisagem urbana, anúncios e
395 mobiliário urbano, com reuniões bimestrais, composição paritária e oito vagas destinadas
396 à sociedade civil, com requisitos desejáveis de experiência mínima de cinco anos na área.
397 Foi informado que o CMPU também possui assentos no Conselho Gestor do FUNDURB,
398 responsável pela gestão dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano, com duas
399 vagas de titular e duas de suplente; no Conselho Gestor do FMSAI, com uma vaga de
400 titular e uma de suplente; na Comissão do Patrimônio Imobiliário – CMPT, com uma vaga
401 de titular e uma de suplente; no CPDE, com duas vagas; e no Conselho Gestor da Área
402 de Intervenção Urbana do Setor Central, com duas vagas destinadas ao setor empresarial.
403 Foi destacado o cumprimento do Decreto nº 56.021, de 2015, relativo à paridade de
404 gênero, esclarecendo as regras para composição de titulares e suplentes, alternância de
405 gênero e critérios de preenchimento das vagas. Na sequência, foram apresentados os
406 prazos e procedimentos para o agendamento, informando que as inscrições ocorrerão
407 entre 30 de outubro e 30 de novembro, por meio de formulário eletrônico, com diferença
408 entre auto indicações e prescrição para CTLU e CPPU, exigindo, conforme o caso, carta



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

409 de aceite e comprovação de experiência. Foi informado que o link do formulário será
410 enviado por e-mail aos conselheiros da sociedade civil, permanecendo a Secretaria
411 Executiva à disposição para esclarecimentos, sendo informado o endereço eletrônico
412 oficial da CMPU para contato. Dando continuidade à apresentação, a Senhora Secretária
413 Executiva Maria Gabriela Camollez Florio esclareceu que, no caso específico do Conselho
414 Gestor da Área de Intervenção Urbana do Setor Central, a legislação aplicável define
415 expressamente que a representação do CMPU é restrita ao setor empresarial, sendo dois
416 representantes titulares e seus respectivos suplentes, um específico ao segmento da
417 indústria e outro ao segmento do comércio, conforme disposto na Lei nº 17.844, de 14
418 de setembro de 2022, razão pela qual tal colegiado não foi incluído no formulário geral
419 de inscrições apresentado anteriormente. Informamos que, na razão da renovação da
420 composição do CMPU e da alteração dos representantes do setor empresarial, tornou-se
421 necessária a atualização das restrições, esclarecendo que os representantes presentes
422 eleitos nesses segmentos são, pelo setor da indústria, a Senhora Daniela Ferrari Toscano
423 De Brito como titular e o Senhor Mauro Teixeira Pinto como suplente, e, pelo setor do
424 comércio, o Senhor Eduardo Dalamana como titular e a Senhora Beatriz Messeder
425 Sanches Jalbut como suplente, sendo estas as únicas possibilidades previstas na legislação
426 vigente. O Conselheiro Francisco João Moreirão De Magalhães solicita esclarecimentos
427 sobre as vagas disponíveis e os critérios de recondução, ressaltando a necessidade de
428 informações claras sobre mandatos em curso, vagas a serem preenchidas e regras
429 aplicáveis, a fim de evitar restrições indevidas ou inconsistências no processo. Em
430 resposta, a Senhora Secretária Executiva esclareceu que, com o início do novo biênio,
431 todos os colegiados vinculados ao CMPU têm seus mandatos renovados, sendo que todas
432 as vagas as apresentações na exposição devem ser preenchidas integralmente, uma vez
433 que os mandatos são de dois anos, não havendo manutenção automática de
434 representações do biênio anterior. O Senhor Presidente Suplente José Armênio De Brito
435 Cruz complementou esclarecendo que, após o processo eleitoral, o CMPU passa a ser
436 considerado um novo colegiado, sendo necessária a atualização de todas as suas
437 representações junto aos demais conselhos, destacando a urgência específica da
438 formalização das disposições para o Conselho Gestor da Área de Intervenção Urbana do
439 Setor Central, por não haver alternativa legal diversa. A Senhora Secretária Executiva
440 informou ainda que, juntamente com o envio do formulário eletrônico para inscrições,
441 previsto para abertura no dia 30 de outubro, serão encaminhadas orientações detalhadas
442 sobre os critérios de recondução e procedimentos. Na sequência, a Conselheira Renata
443 Esteves De Almeida Andretto manifestou questionamento quanto ao fundamento legal
444 da Lei nº 17.844, de 2022, indagando se tal legislação teria sido alterada ou impactada
445 pela recente revisão do Plano Diretor Estratégico ou pela revisão em curso da Lei de Uso
446 e Ocupação do Solo, ponderando sobre a oportunidade da indicação de representação
447 diante de possíveis alterações normativas. O Conselheiro Nabil Georges Bonduki
448 manifestou entendimento crítico quanto à limitação da representação da sociedade civil
449 no Conselho Gestor da Área de Intervenção Urbana do Setor Central ao setor



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

450 empresarial, defendendo a necessidade de futura revisão da legislação. Em resposta, o
451 Senhor Presidente Suplente esclareceu que não houve qualquer alteração na Lei nº
452 17.844, de 2022, nem pelo Plano Diretor Estratégico nem pela legislação de zoneamento,
453 informando que a composição do referido conselho gestor permanece vigente conforme
454 estipular, com onze representantes do poder público e onze representantes da sociedade
455 civil, distribuídos entre diversos conselhos setoriais, cabendo ao CMPU exclusivamente a
456 indicação dos dois representantes do setor empresarial, conforme previsão legal, não
457 tratando de processo adicional, mas de designação obrigatória. Dando prosseguimento, o
458 Senhor Fábio Jorge Benini Cabral questionou a existência de suplência para os
459 representantes do setor empresarial, apontando aparentes divergências entre a lei e o
460 decreto regulamentador, sendo esclarecido pela Senhora Secretária Executiva que o
461 parágrafo terceiro do artigo 84 da Lei nº 17.844 prevê expressamente a existência de
462 suplentes para cada representante titular, eliminando qualquer contradição normativa.
463 Por fim, o Senhor Fábio Jorge Benini Cabral indagou sobre a transição entre o antigo
464 Conselho Gestor da Operação Urbana Centro e o Conselho Gestor da Área de
465 Intervenção Urbana do Setor Central, sendo informado pelo Senhor Presidente Suplente
466 que a Operação Urbana Centro foi extinta, passando a vigorar exclusivamente o novo
467 arranjo institucional previsto na legislação da Área de Intervenção Urbana do Setor
468 Central, com conselho gestor próprio, conforme a lei vigente. Dando sequência aos
469 esclarecimentos, o Senhor Presidente Suplente José Armênio De Brito Cruz informou que
470 a Operação Urbana Centro foi extinta, passando a vigorar exclusivamente o Conselho
471 Gestor da Área de Intervenção Urbana do Setor Central, conforme previsto na lei,
472 esclarecendo que a comissão técnica anteriormente vinculada à operação urbana
473 permanece em funcionamento apenas durante o período de transição, inclusive com
474 participação nas três reuniões do novo conselho gestor, lembrando que adicionalmente
475 complementações normativas, como destinação de saldos e obrigações remanescentes,
476 serão tratados por meio de regulamentação específica, ficando os trabalhos centralizados
477 na Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL. Em resposta ao
478 questionamento do Conselheiro Fábio Jorge Benini Cabral, foi esclarecido que todos os
479 regulamentos relativos ao Conselho Gestor da Área de Intervenção Urbana do Setor
480 Central deverão ser encaminhados ao SMUL, órgão responsável pela organização e
481 articulação institucional do referido colegiado. Na sequência, foi concedida a palavra ao
482 Conselheiro Durval Tabach, que esclareceu seu entendimento de que, no caso da CTLU
483 e do CPPU, os indicados não precisam necessariamente integrar o CMPU, desde que
484 atendidos os requisitos legais de experiência, sendo apresentados por segmentos da
485 sociedade civil, observando que, nesses casos, a escolha final cabe ao Chefe do Poder
486 Executivo a partir da lista encaminhada. O Conselheiro questionou, entretanto, se no caso
487 da Área de Intervenção Urbana do Setor Central a expressão “ligados ao CMPU”
488 implicaria obrigatoriedade de que os indicados fossem membros do Conselho. Em
489 resposta, a Senhora Secretária Executiva esclareceu que, diferentemente da CTLU e da
490 CPPU, nas quais são admitidas restrições externas, o Conselho Gestor da Área de



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

491 Intervenção Urbana do Setor Central segue o mesmo modelo de colegiados como o
492 FUNDURB, FMSAI, CMPT e CPDE, nos quais a vaga pertence à CMPU, sendo, portanto,
493 compostos por conselheiros integrantes de sua composição. Na sequência, o Conselheiro
494 Eduardo Della Manna sugeriu que, para fins de transparência, a Secretaria Executiva
495 divulgasse previamente os nomes dos representantes que não poderão ser reconduzidos,
496 manifestando ainda questionamento acerca da necessidade de novas diretrizes para o
497 Conselho Gestor da Área de Intervenção Urbana do Setor Central, tendo em vista os
498 prazos realizados anteriormente. Em resposta, a Senhora Secretária Executiva informou
499 que os nomes que não poderão ser reconduzidos, bem como os critérios de recondução,
500 serão encaminhados por e-mail juntamente com o formulário de inscrições, esclarecendo
501 que, na 75ª Reunião Ordinária do CMPU, por meio da Resolução nº 2, foram indicados
502 representantes que não integram a composição atual do Conselho, motivo pelo qual se
503 faz necessidade nova indicação vinculada à atual formação do CMPU. O Senhor
504 Presidente Suplente esclareceu que o acordo adotado é o de que os representantes
505 devem estar vinculados à CMPU, conforme previsão legal. Dando prosseguimento, foi
506 concedido a palavra ao Conselheiro Rodrigo Faria Gonçalves Iacovini, que registrou crítica
507 à forma de composição do Conselho Gestor da Área de Intervenção Urbana do Setor
508 Central, destacando as limitações da participação de organizações da sociedade civil não
509 empresarial, visando conflito com os princípios da democracia participativa e com a
510 diversidade de atores sociais atuantes na região central da cidade, solicitando o registro
511 de sua manifestação em ata. Na sequência, a Conselheira Daniela Ferrari Toscano De
512 Britto apresentou a sua qualificação profissional, destacando a sua atuação no setor de
513 habitação de interesse social, experiência no Conselho Municipal de Habitação,
514 participação em processos de formulação da política urbana e atuação profissional
515 voltada à produção de moradia popular, colocando-se à disposição para contribuir com
516 os debates e ações relacionadas à Área de Intervenção Urbana do Setor Central.
517 Posteriormente, a Conselheira Renata Esteves De Almeida Andretto solicitou
518 esclarecimentos quanto à expectativa do Conselho em relação às restrições apresentadas,
519 sendo informado pela Senhora Secretária Executiva que, naquele momento, o objetivo
520 era orientar formalmente os procedimentos de indicação para CTLU, CPPU, FUNDURB,
521 FMSAI, CMPT e CPDE, bem como formalizar a indicação para o Conselho Gestor da Área
522 de Intervenção Urbana do Setor Central, por se tratar de indicação vinculada diretamente
523 à composição do CMPU, não tendo pluralidade de opções além das previsões da lei. Em
524 continuidade, a Conselheira RENATA Esteves De Almeida Andretto solicita
525 esclarecimentos sobre a intenção de que, nessa mesma reunião, foi realizada a designação
526 dos representantes do CMPU para o Conselho Gestor da Área de Intervenção Urbana do
527 Setor Central, sendo informado pelo Senhor Presidente Suplente que, diante da
528 existência de apenas duas vagas vinculadas obrigatoriamente aos segmentos da indústria
529 e do comércio, a fixação consistiria exclusivamente em designação, não tendo
530 possibilidade de escolha alternativa. A Conselheira manifestou posição à deliberação
531 imediata, registrando que a matéria não constava expressamente do material



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

532 encaminhado anteriormente, declarando não se sentir preparado para realização naquele
533 momento, mencionando ainda a existência de questionamentos no âmbito do Ministério
534 Público acerca da participação social na referida área de intervenção, indicando a retirada
535 do tema da pauta e sua apreciação em reunião extraordinária, a fim de possibilitar estudo
536 pelos conselheiros. Na sequência, o Conselheiro Fábio Jorge Benini Cabral manifestou
537 concordância com a necessidade de maior prazo para análise, questionando quanto à
538 compatibilização dos mandatos dos conselheiros participativos municipais com os
539 mandatos dos representantes nos conselhos dos investidores, questionando a duração
540 dos mandatos e eventualmente descompassos temporais, garantindo que a SMUL
541 avaliasse a solução institucional para a questão, tendo o Senhor Presidente Suplente
542 reconhecido a pertinência da preocupação e a instrução de que quaisquer ajustes poderão
543 ser definidos em decreto. Dando prosseguimento, o Conselheiro Francisco João Moreirão
544 De Magalhães manifestou discordância quanto à condução do tema, destacando que a
545 matéria não constava claramente na pauta e que a designação imediata criaria
546 precedentes inadequados, defendendo a realização de reunião extraordinária específica
547 para o tema, bem como reiterando críticas à composição dos conselhos, apontando
548 desequilíbrios estruturais entre poder público e sociedade civil e reforçando a
549 necessidade de maior institucional para o exercício da democracia participativa. Em
550 seguida, a Conselheira Lucila Falcão Pessoa Lacreta solicita uso da palavra para registrar
551 a necessidade de encerramento da reunião em razão de audiência pública previamente
552 agendada, manifestando concordância com a retirada da pauta relativa à nomeação para
553 a Área de Intervenção Urbana do Setor Central, por não constar da convocação,
554 retirando-se em seguida da reunião. Posteriormente, o Conselheiro José André De Araújo
555 levantou questão de ordem, argumentando que a questão referente à designação para a
556 Área de Intervenção Urbana do Setor Central não constava da convocação oficial, ferindo
557 os princípios da publicidade, do controle social e da gestão democrática, exigindo
558 formalmente sua retirada da pauta, além de solicitar esclarecimentos quanto aos prazos
559 de indicação e nomeação para os diversos colegiados, alertando para o risco de prejuízo
560 à participação da sociedade civil caso haja vacância prolongada das cadeiras. Em resposta,
561 o Senhor Presidente Suplente informou que cada colegiado possui regimento próprio e
562 que a Secretaria Executiva encaminhará esclarecimentos detalhados sobre a duração dos
563 mandatos de cada conselho, reiterando que a intenção inicial foi apenas atualizar
564 designações anteriormente realizadas em função da nova composição do CMPU,
565 comprometendo-se a convocação extraordinária específica para tratar exclusivamente da
566 designação dos representantes do CMPU no Conselho Gestor da Área de Intervenção
567 Urbana do Setor Central. A Senhora Secretária Executiva esclareceu, ainda, que os
568 mandatos das representações na CTLU e na CPPU têm duração de dois anos, com termo
569 previsto para abril de 2024, razão pela qual o processo de novas restrições está sendo
570 iniciado de forma antecipada, considerando a necessidade de prazo para inscrições,
571 análise técnica e validação pelo CMPU, esclarecendo também que as representações no
572 FUNDURB, CMPT, FMSAI e CPDE seguem igualmente mandatos bienais, com



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

573 encerramento previsto para o início de 2024, sendo o procedimento adotado justamente
574 para evitar a descontinuidade da representação da CMPU e da sociedade civil nos
575 referidos colegiados. 3) Dando continuidade aos esclarecimentos finais, a Senhora
576 Secretária Executiva informou que o mandato vigente das representações nos colegiados
577 possui duração de dois anos, esclarecendo que, no caso do FUNDURB, o mandato
578 permanece válido enquanto não ultrapassado o prazo da portaria correspondente, ainda
579 que haja alterações na composição do CMPU, conforme entendimento já consolidado em
580 parecer anterior, destacando que determinados ajustes de titularidade decorrentes de
581 alterações na representação das macrorregiões serão tratados administrativamente para
582 evitar prejuízos à participação da sociedade civil. Registrou-se que, diante das
583 manifestações dos conselheiros, restou acordado que as referentes ao Conselho Gestor
584 da Área de Intervenção Urbana do Setor Central serão tratados em reunião extraordinária
585 específica, a ser convocada para o dia nove, com envio prévio do material de apoio,
586 incluindo a legislação aplicável e a relação dos representantes dos segmentos da indústria
587 e dos membros dos negócios do CMPU. Ficou consignado que as demais restrições para
588 a CTLU, CPPU, FUNDURB, FMSAI, CMPT e CPDE seguirão o procedimento apresentado,
589 com abertura de formulário eletrônico e envio de orientações por e-mail aos conselheiros
590 da sociedade civil, mantendo-se os prazos previamente informados. Considerando o
591 adiantado da hora e a existência de audiências públicas simultâneas na Câmara Municipal,
592 foi colhida a proposta de adiamento dos relatórios relativos aos projetos em andamento,
593 incluindo os projetos de Ruas Abertas e demais iniciativas, para apreciação na reunião
594 extraordinária do dia nove, de modo a possibilitar maior participação dos conselheiros. O
595 Senhor Presidente Suplente manifestou concordância com a fixação de limite de horário
596 para encerramento das reuniões ordinárias, bem como com a necessidade de maior
597 organização da ordem de inscrições e controle de tempo das falas, a fim de garantir maior
598 objetividade e eficiência dos trabalhos. Após as considerações finais do representante da
599 comissão eleitoral, o Senhor Presidente Suplente agradeceu a presença e a contribuição
600 de todos os conselheiros, reiterou a disposição da Secretaria Municipal de Urbanismo e
601 Licenciamento em prestar esclarecimentos adicionais sempre que necessário, declarou
602 encerrada a reunião, informando que os trabalhos serão retomados na reunião
603 extraordinária agendada para o dia nove.

Presidência

JOSÉ ARMENIO DE BRITO CRUZ

PRESIDENTE SUPLENTE

Apoio



**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA –
CMPU**

MARIA GABRIELA CAMOLLEZ FLORIO

SEC. EXECUTIVO

SMUL2

CRISTIANE FIGUEIREDO AFFONSO MARQUES

SUPLENTE

SMUL3

HE NEM KIM SEO

TITULAR

SMUL3

BEATRIZ BRUNO MENDES

SUPLENTE

SGM

FERNANDO BARRANCOS CHUCRE

TITULAR

SG

REGINA MARIA SILVERIO

SUPLENTE

SMJ

MARIA LUCIA PALMA LATORRE



**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA -
CMPU**

SUPLENTE

SF

VINICIUS PEDRON MACÁRIO

SUPLENTE

SMSUB

ANA CAROLINA NUNES LAFEMINA

TITULAR

SMDHC

MARCOS PAULO CAMPOS FERREIRA DA COSTA

SUPLENTE

SMT

MICHELE PEREA CAVINATO

SUPLENTE

SMIT

ROGER WILLIANS DA FONSECA

TITULAR

SMIT

ADRIELLIS GONÇALVES

SUPLENTE



**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA –
CMPU**

SP-URBANISMO

ANDRE DE PAULA ANDREIS

SUPLENTE

COHAB

KEILA CRISTINA MARINS CARDOSO

SUPLENTE

PREFEITURAS REGIONAIS MACRORREGIÃO SUL 2

JOÃO PAULO LO PRETE

TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO NORTE 1

CELSO SÉRGIO DA SILVA

TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO NORTE 2

FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES

TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO OESTE

ANA PAULA LIMA

TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SÉ



**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA -
CMPU**

STELA DE CAMARGO DALT

TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SÉ

FÁBIO JORGE BENINI CABRAL

SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO LESTE 1

ELODIA FÁTIMA FILIPPINI

TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO LESTE 2

JOSÉ ZILDO DE ALMEIDA SILVA

TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL 1

DURVAL TABACH

TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL 2

ANGELI FRANCO NOBRE

TITULAR

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 1

LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA (SAPP)

TITULAR



**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA –
CMPU**

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 2

RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO (ASSAMPALBA)
TITULAR

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 2

MARIA LAURA FOGAÇA ZEI (ASSAMPALBA)
SUPLENTE

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 4

JOSÉ ANDRÉ DE ARAUJO (UMPMA)
TITULAR

SETOR EMPRESARIAL 1

ADRIANA BLAY LEVISKY (ASBEA-SP)
TITULAR

SETOR EMPRESARIAL 1

RICARDO GASPARI (SINAENCO)
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 2

ANDY ALEXANDRE GRUBER (SECOVI-SP)
TITULAR

SETOR EMPRESARIAL 2



**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA –
CMPU**

JULIANA BRAGA PAVIATO (ABRAINCO)

SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 3

DANIELA FERRARI TOSCANO DE BRITTO (SINDUSCON/SP)

TITULAR

SETOR EMPRESARIAL 3

MAURO TEIXEIRA PINTO (SINDUSCON/SP)

SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 4

BEATRIZ MESSEDER SANCHES JALBUT (ACSP)

TITULAR

SETOR EMPRESARIAL 4

EDUARDO DELLA MANNA (FECOMÉRCIO/SP)

SUPLENTE

ONG

RODRIGO FARIA GONÇALVES IACOVINI (PÓLIS)

TITULAR

ONG

MARIA ELISA DO NASCIMENTO (DIVERCIDADES)



**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA –
CMPU**

SUPLENTE

ENTIDADES PROFISSIONAIS

ANDERSON KAZUO NAKANO (IAB-SP)

TITULAR

ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA 1

TEREZA BEATRIZ RIBEIRO HERLING (MACK)

TITULAR

ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA 2

NABIL GEORGES BONDUKI (FAU-USP)

TITULAR

ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA 2

DANIEL TODTMANN MONTANDON (UNINOVE)

SUPLENTE

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS 1

ELOISE TORRES AMADO (CBCS)

TITULAR

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS 1

CLARICE REITER MENEZES DEGANI (CBCS)

SUPLENTE



**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA –
CMPU**

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS 2

JÉSSICA DUQUINI DOS SANTOS (COOPERPAC)

SUPLENTE

MOVIMENTOS CULTURAIS

CAIO PLESSMANN DE CASTRO (CPC-UMES)

TITULAR

MOVIMENTOS CULTURAIS

ANA LUIZA DALCIN ARAGÃO (CPC-UMES)

SUPLENTE

ENTIDADES RELIGIOSAS

SANDRA RAMALHOSO (MITRA)

TITULAR

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

LUIZ FERNANDO DE MATTOS CHAVES

TITULAR

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

MARIANA OHIRA HASHIMOTO

SUPLENTE

EDLENE SILVA



**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA -
CMPU**

EDUCALIBRAS

RENAN COSTA
EDUCALIBRAS

BERNADETE

DIANA AMERICA ROCHA
SMUL

VIVIANE MANZIONE RUBIO

LUIZ PAULO DOS SANTOS DINIZ

FERNANDA ORMELEZI PITOMBO

RICARDO NAGLIATI TOPPAN

JEFFERSON DAVID GOMES ARRUDA

FERNANDO HENRIQUE GASPERINI



**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA -
CMPU**

LUIZ FERNANDO DE MATTOS CHAVES

RAPHAEL SABETTA DOMINGUES GAMEIRO

OG DORIA

MINUTA